



DESENVOLVIMENTO

A marca de Lula

O presidente Lula reacendeu as esperanças de que seja possível corrigir os erros no modelo de ocupação da Amazônia. Numa reunião com os governadores (exceto o do Pará), Lula se comprometeu a colocar a floresta como prioridade do desenvolvimento e não mais da destruição. Desta vez é para valer?

Na última década, mais de 370 bilhões de reais (ou mais de 120 bilhões de dólares) de recursos públicos foram aplicados na Amazônia, com o objetivo de desenvolver a região, segundo a contabilidade oficial. Dá uma média de R\$ 37 bilhões (ou US\$ 12 bilhões) por ano. Esse dinheiro todo, originário do Fundo de In-

**AMAPÁ:
DUAS DATAS
HISTÓRICAS**

Pág. 5

vestimento da Amazônia (Finam), Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Banco do Brasil, Caixa Econômica e bancos comerciais, daria para desenvolver qualquer fronteira do mundo. Mas não teve esse efeito na Amazônia Legal.

Muito pelo contrário. O Produto Interno Bruto (PIB) regional somava R\$ 73 bilhões em 2000. Representava apenas 6,5% do PIB do Brasil, uma participação que sequer retrata a grandeza demográfica da região, que possui 12% da população brasileira, o dobro, portanto, da sua expressão econômica. Não surpreende, assim, que o PIB amazônico *per capita*, de R\$ 3.500, corresponda a pouco menos dois terços desse indicador em termos nacionais (que já inclui o Nordeste, claro).

Manter o modelo de ocupação da Amazônia significa condenar a região a um desenvolvimento desigual, injusto, explosivo; que *subdesenvolve* ao invés de desenvolver; que mais destrói do que constrói; que sacrifica, hoje, os recursos que lhe vão faltar no futuro, dilapidando seu enorme capital contido (e oculto) na natureza. Outros governos já conseguiram fazer esse diagnóstico, embora sem avançar além das palavras e do formalismo. Alguns tentaram corrigir os erros. Mas nenhum mudou os rumos da Amazônia de tal maneira que ela escapasse a um fatalismo das últimas décadas: crescer se empobrecendo.

Entre os dias 9 e 10 o governo do PT apresentou, em Rio Branco, no Acre, mais um diagnóstico correto dos problemas amazônicos e novas promessas para resolvê-los. A rigor, não haveria novidade para os observadores mais antigos e experimentados da cena regional. Por isso mesmo mais céticos quando se trata de palavras ou papéis. No entanto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se credenciou a um voto de confiança. Ele efetivamente inovou em relação aos seus antecessores.

Em primeiro lugar por ter, finalmente, estabelecido como prioridade das políticas públicas o recurso mais valioso da Amazônia: a sua floresta. Até agora, comprovando o tom colonial dessas políticas, a prioridade vinha sendo dada a outros componentes, todos secundários, do bioma amazônico: seu solo, seu subsolo e, por irracional que seja, o desmatamento. Ou seja: a conversão da floresta em pastagem, lavoura, *plantation*, estrada, etc. Uma política baseada numa negatividade (a alteração da composição natural) ao invés de numa categoria positividade (o aproveitamento das maiores riquezas já existentes na região, dependendo de descobertas e invenções).

Pela primeira vez um presidente anuncia que a ação pública, desta vez, vai se voltar para a preservação, o uso econômico, o manejo, o conhecimento e o desfrute do elemento majoritário na região, a sua floresta nativa, juntamente com sua enorme bacia hidrográfica, sem igual no planeta. Para não ficar apenas no ora veja, como alguns de seus antecessores, Lula carregou na sua comitiva os presidentes

do Inca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Ali mesmo os dois assinaram um protocolo para substituir o assentamento agrário pelo assentamento florestal.

Ao invés de instalar colonos em áreas que eles, para ocupar, precisam desmatar, na qual implantam cultivos de ciclo curto de pouca ou nenhuma perenidade, deixando como saldo a natureza saqueada e um ciclo continuado de migração humana, os dois órgãos vão se empenhar em instalar colonos harmonizados com a paisagem, capazes de aproveitar produtivamente tudo o que a floresta lhes pode fornecer, sem comprometer a continuidade do uso do recurso. Isto é: sem dilapidá-lo.

Numa Amazônia que já perdeu 17% da sua cobertura vegetal original e degradou definitivamente pelo menos um quarto desses 60 milhões de hectares, uma tal política poderá parecer utópica, delirante. Diante dos poucos recursos que Inca e Ibama dispõem no momento e de toda uma cultura contrária que precisarão enfrentar para alcançar os primeiros resultados nessa nova diretriz, realmente a distância entre o desejado e o realizável é imensa, quase intransponível. Mas pelo menos agora o governo vislumbrou o rumo certo. Não seguirá nessa trilha de for incompetente ou se mostrar nada mais do que boquirroto. Nesse caso, o que o presidente Lula anunciou no Acre não passará de mais uma bravata. Sua presidência continuará reduzida a um palanque. Agora, imaginário, intangível.

No entanto, ele continua a merecer um crédito de confiança. Podia ter simplesmente juntado uma legião de tecnoburocratas em Brasília, com ligeiras escalas (ou passagens a jato) pelas capitais amazônicas, e apresentado sua versão do PPA (Plano Plurianual) para o período 2004-2007, seguindo o modelo FHC (como tem feito na política nacional). Mas desta vez reuniu os governadores da região (à exceção do turrão Simão Jatene) e os fez assinar um termo de compromisso em conjunto. Não para referendar um papel pronto e acabado, como era a praxe. O documento apresentado em Rio Branco foi apenas o tiro de partida.

Até o ponto de chegada, uma comissão interministerial, coordenada pelo todo-poderoso chefe da Casa Civil da Presidência da República, com a participação de representantes de todos os Estados da região, estará encarregada de dar a forma final (no curto prazo de três meses) ao Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia. Espera-se que os governadores não considerem que sua participação nesse programa se limitará a assiná-lo, como fizeram no Acre. Passarão a ser responsáveis legais e morais pela execução do que avalizaram.

O que o governo Lula está propondo colide em muitos pontos com o que os governadores (e boa parte das elites regionais) têm dito e feito. Eles devem estar dispostos, porém, a mudar (a mudança, afinal, é a razão de ser dessa nova geração de governantes, que pode se mirar no exemplo argentino antes do efeito Orloff). Mesmo porque as premissas e as conclusões do programa estão acima de sua capacidade de questionamento.

Quem poderá discordar de que os magros resultados alcançados por uma política de desenvolvimento do tamanho de 370 bilhões de reais se devem à “estrutura produtiva excessivamente concentrada, com reduzida articulação endógena; reduzida capacidade científica e tecnológica instalada, que limita iniciativas para a conservação, recuperação e aproveitamento econômico sustentável de seus recursos naturais; escassez e deficiência de infra-estrutura econômica; baixos níveis educacionais; grave quadro de desarticulação agrária, do qual derivam sérios conflitos de terra; crescente e desordenado processo de urbanização, determinando enormes carências de infra-estrutura e serviços sociais; deficiente sistema de gestão do território amazônico e incipiente uso de processos disciplinadores de gestão ambiental”, conforme o documento oficial apresentado no Acre?

Como negar que “o desenvolvimento da região requer uma ação coordenada de governo, visando um novo padrão de financiamento, com prioridade na alocação de recursos para a produção sustentável com tecnologia avançada, gestão ambiental e ordenamento territorial, inclusão social e cidadania e infra-estrutura para o desenvolvimento”?

O Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia, que surgirá em 90 dias, deverá contemplar, prioritariamente, a produção sustentável com tecnologia avançada, novo padrão de financiamento, gestão ambiental e ordenamento territorial, inclusão social e cidadania, e infra-estrutura para o desenvolvimento.

O governo considera exequível essa plataforma porque já existiriam, hoje, “condições para um novo ciclo de desenvolvimento que combine diversificação da produção com incorporação de inovações tecnológicas e agregação de valor aos produtos regionais, possibilitando nova inserção no mercado nacional e internacional que, ao mesmo tempo, estimule a geração de empregos, melhor distribuição de renda e redução dos impactos ambientais”.

Para implantar uma efetiva gestão ambiental e um ordenamento territorial e fundiário, capaz de mudar o modelo de ocupação, o governo diz que vai recorrer a ferramentas como o zoneamento ecológico e econômico, o sistema de licenciamento ambiental em propriedade rural, o or-

denamento fundiário, a revisão do modelo de reforma agrária e a consolidação de um sistema de áreas protegidas.

Essas normas se aplicarão a toda a Amazônia, mas já há um alvo selecionado para uma ação imediata destinada a distinguir com clareza a terra pública da privada, como condição essencial para mudar o atual quadro de conflitos. Atenção especial deverá ser dada às áreas consideradas mais críticas, como no eixo de expansão do desmatamento, ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém, e na área conhecida como Terra do Meio, no vale do Xingu.

O grande teste para a implantação do novo modelo será mesmo o "Projeto de Assentamento de Produção Florestal, com base Familiar e Comunitária", que o Incra e o Ibama vão conduzir. Sua clientela é vasta: 380 mil unidades de produção de pequena escala e os migrantes que se habilitarem. Eles terão que desenvolver, com prioridade, atividades de manejo florestal comunitário, de extrativismo e outras ações que representem baixo impacto ambiental. Essas atividades serão implementadas nas áreas de cobertura florestal primária e, em forma alternativa, nas demais existentes.

Mas para que esse programa dê certo não bastará fazer uma boa seleção de colonos, instalá-los nas áreas adequadas, acompanhar sua atividade, dar-lhes apoio técnico e de infraestrutura. Será preciso mudar toda a cultura agropecuária e a lógica do desmatamento. Mesmo dentro do governo haverá resistências muito fortes a essa transformação, que exigirá uma verdadeira revolução de mentalidade e de operacionalização, inclusive para que haja recursos financeiros em condições de sustentar a vasta reciclagem do aparato público e privado na região. Os mecanismos de crédito diferenciados serão um capítulo à parte nessa batalha. A assistência técnica competente será outro imenso desafio.

Através do termo de cooperação que Incra e Ibama assinaram, com validade de quatro anos, o governo parece empenhado em demonstrar que está plenamente consciente dessas dificuldades e disposto a enfrentá-las. Sua maior arma de combate será o Banco da Amazônia, no ato apresentado com um reforço de caixa de quase R\$ 230 milhões e com novas perspectivas institucionais. Mas diante da extensão da guerra em perspectiva, o que inibe maior entusiasmo não é nem principalmente a fragilidade dos recursos já empenhados no novo programa, mas a falta de sinais concretos de mudanças efetivas no próprio governo para fazer os observadores mais exigentes se convencerem de que, desta vez, a mudança é mesmo para valer.

Só ter fé no que virá não basta, embora, pelo menos, haja com que objetivar a fé em tempos melhores. 

Hidrovia do Araguaia é apenas um nome

O orçamento geral da União para este ano prevê a aplicação de apenas 5,5 milhões de reais nas hidrovias da Amazônia Oriental. O maior item dessa programação (R\$ 3,1 milhões) nem é para investimento, mas para o custeio da administração das hidrovias. Dos R\$ 2,4 milhões destinados aos projetos, o mais bem aquinhoado é o da hidrovia do Capim, que receberá R\$ 1,6 milhão. Outros 700 mil irão para o porto de Cameté e 80 mil para a hidrovia do Marajó. Embora todos esses projetos estejam abrigados sob o manto protetor do "corredor Araguaia-Tocantins", essa hidrovia mesmo não receberá um tostão furado do governo federal no presente exercício. Apenas cede o nome para usufruto açheio.

Assim, o governador Blairo Maggi, de Mato Grosso, está atualizadíssimo com o humor do Palácio do Planalto (ou a Granja do Torto) quando diz que, se depender dele, o projeto da hidrovia Araguaia-Tocantins vai continuar onde está: na prateleira. O governador, que é também um grande produtor e exportador de soja, não acredita na viabilidade econômica desta hidrovia "porque, ao contrário da Paraguai-Paraná, ela não tem navegação comercial". Para ele, o dinheiro que for gasto para qualquer tipo de retificação nos dois rios, para aumentar o colado dos seus leitos e prepará-lo para receber embarcações de maior calado, não terá retorno.

A lógica do projeto do Araguaia-Tocantins, referendado em 1995 pelo governo federal como um dos eixos do programa Avança Brasil (que é também o Plano Plurianual, ou PPA - 2000/2003), é, portanto, reduzir os custos do escoamento da produção de soja do Centro-Oeste do país para Rotterdam, na Holanda, através do porto do Itaqui, em São Luís do Maranhão, que é o porto de carga geral, ao lado do Porto da Ponta da Madeira, concedido à Companhia Vale do Rio Doce, especializado em granéis. Esses são três dos maiores portos mundiais. O Tocantins-Araguaia só interessa até o ponto de intersecção com a Ferrovia Norte-Sul ou a Ferrovia de Carajás. O porto litorâneo do Pará não é considerado.

A luta para modificar essa decisão (superior, como de praxe) envolve dois níveis. Um é o de não permitir que a hidrovia do Araguaia-Tocantins seja um modal utilitário, que só será usado em metade do seu percurso. O plano original previa uma hidrovia de 2.012 quilômetros, atravessando cinco Estados, desde as nascentes do Araguaia até Belém. Não se pode permitir que uma obra de interesse regional, voltada para o desenvolvimento interno, se transforme num corredor de exportação, atendendo apenas interesses empresariais ou comerciais.

O segundo nível diz respeito à qualidade da obra. Como foi concebida e está sendo executada, a hidrovia está realmente ajustada às exigências mais atuais para não acarretar danos ambientais, que não só comprometeriam sua perenidade como causariam prejuízos aos seus clientes potenciais? Nesse caso, é incômodo lembrar que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/Rima), elaborado pela Fadesp (a fundação de pesquisa da UFPA), foi rejeitado pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, depois de denúncias de ambientalistas, técnicos, especialistas e ONGs. O trabalho é mesmo inconsistente. Mas foi esse fator o que mais pesou na rejeição da hidrovia?

Não se pode ignorar o efeito do projeto sobre 10 áreas de conservação ambiental, incluindo a maior ilha fluvial do mundo, a Ilha do Bananal, 35 áreas indígenas, com uma população de 10 mil indivíduos, das intervenções que o homem fará no leito dos rios, dentre as quais 87 explosões de dinamite, com o objetivo de destruir diques naturais de formações rochosas. É preciso ter um controle das consequências o mais rigoroso possível. Mas também não esquecer que um dos grandes direitos a que a população dessa região se credenciou, com sua ocupação da área, é ter um rio navegável para usar. Em seu próprio proveito e não apenas dos que ficaram com os frutos do seu trabalho, adquiridos a preço vil.

Nesse Avança Brasil, a Amazônia fica com as migalhas do que restar em nosso próprio território.

O trem apitou. E o minério acabou

O Amapá está neste ano diante de duas datas importantes na sua história: completa 60 anos de vida e o fim do contrato de concessão da exploração da maior de suas riquezas, a jazida de manganês de Serra do Navio. São datas que dão para comemorar um pouco e chorar, muito.

Em 1943 o Amapá foi desmembrado do Estado do Pará e transformado em território federal, irmão de criação do Guaporé (hoje Rondônia) e Boa Vista (atual Roraima). O Estado Novo de Getúlio Vargas, em plena Segunda Guerra Mundial, obrigado a se juntar às forças aliadas, apesar das simpatias pelo eixo, imaginava que assim reforçaria as bases da soberania nacional no setentrião brasileiro.

Menos de cinco anos depois a nova unidade federativa descobria sua grande riqueza, o manganês. O primeiro navio carregando o minério para os Estados Unidos desatracaria do porto de Santana após pouco mais de uma década da federalização do território. Durante 40 anos a jazida de Serra do Navio, que abrigava um dos minérios de mais alto teor do mundo, foi exaurida. Em duas décadas de exploração mais intensiva, o manganês saiu à razão de um milhão de toneladas a cada ano, a preço de banana.

A Icomi, empresa formada pela associação da Bethlehem Steel, a segunda maior mineradora americana, com o grupo mineiro de Augusto Antunes, deu por encerrada sua participação nessa empreitada antes mesmo de chegar ao fim, agora em maio, o contrato de concessão da exploração, de 50 anos.

As datas e as histórias do maltratado Amapá não estão sendo lembradas. Trata-se de um erro, sobretudo para o Pará, Estado minerador por vocação geográfica (ou, especificamente, geológica). Devia prestar atenção ao que ocorre com seu vizinho e aproveitar as lições que ele oferece, tanto mais valiosas por serem extremamente caras. Não na nota de venda, mas no valor real de pagamento.

Um ciclo de mineração começa com festas. Quando termina, seu fim costuma ser melancólico. O grande beneficiado geralmente não está mais no lugar para prestar contas (daí a saída da Icomi do Amapá “à francesa”). Os que haviam associado à atividade econômica os seus sonhos de desenvolvimento e progresso vêem-se, de súbito (tanto mais súbito quanto maior for sua imprevidência) na rua da amargura. Da mineração costumam ficar os buracos e o apito do trem. O que havia antes das escavações fica apenas como um retrato na parede – e como dói. Chorou essa desgraça, por todos nós, o poeta itabirano Carlos Drummond de Andrade.

Um tanto chocado e desorientado, o Amapá busca um novo caminho para a esperança. A única coisa de valor que a Icomi lhe repassou foram os 3,6 milhões de toneladas de sobras da jazida de manganês, avaliadas em algo como 80 milhões de dólares, segundo o deputado estadual Jorge Amanajás, do PDT, que presidiu uma CPI instalada no legislativo para investigar a questão.

O parlamentar quer que o poder público se assenhoreie logo desse minério para evitar que a Icomi, num último assomo exploratório, retome o domínio das sobras do manganês. A China estaria interessada em comprar esse espólio. Mas há um problema acessório: as 78 mil toneladas de manganês contaminado de arsênio, que é cancerígeno. Esse estoque remanescente foi abandonado no porto, às proximidades de um bairro, o Elesbão. Resultou na maior multa por crime ambiental aplicada na Amazônia, de 52 milhões de reais. A primeira tarefa do Fundo de Desenvolvimento para a Serra do Navio, que seria formado com esses recursos, teria que ser dar um destino a esse do resíduo de minério.

Na sede da mineração, a 200 quilômetros do litoral, o único bem do patrimônio formado pela Icomi que pode ser imediatamente utilizado é a vila residencial. A ferrovia, que entrou em operação na segunda metade da década de 50 (do século XX), já era pouco usada nos últimos anos de atividade e nunca mais recebeu investimentos, ou sequer manutenção. O mato tomou conta da linha, os trilhos foram trocados e muitos dormentes ficaram inservíveis. Segundo um levantamento não-oficial, para um custo de manutenção da ferrovia de 200 mil reais por mês, a receita seria de apenas R\$ 25 mil. Para continuar funcionando, a linha teria que ser subsidiada pelo governo.

Quando assinou o contrato de exploração do manganês com a Icomi, em 1947, o governo do território pretendia realizar não apenas o aproveitamento das jazidas, “mas, também, e especialmente, o desenvolvimento da região, com a melhoria das condições econômicas e sanitárias, com novos meios de transporte, fixação de núcleos de população, atividades agropecuárias, extração de madeiras, indústrias etc”. Por isso, as cláusulas do contrato “visam, de um lado, proporcionar o máximo de oportunidade ao progresso da região e de outro proporcionar à empresa condições que facilitem e assegurem o sucesso econômico do empreendimento”.

A Icomi e, principalmente, a Bethlehem Steel, ganharam – e como! O Amapá, agora, lamenta o minério mandado embora e o leite derramado. Agora Inês é morta?

Compensações

Se a implantação do pólo siderúrgico em São Luís se tornar irreversível, como parece provável, e mesmo que ainda haja a possibilidade de fazer retroceder essa decisão, os paraenses já deviam começar a trabalhar com as alternativas de compensação em favor do Estado. Não um cala-boca ou um bombom para adoçar o purgante, mas verdadeiras opções de desenvolvimento.

Já sugeri algumas, do pólo do alumínio ao iniciante núcleo de cobre em Carajás. Mas há várias outras trilhas. Uma delas é o tantas vezes anunciado e frustrado projeto da Mineração Buritirama de retomar o processo de lavra da jazida de manganês que possui em Carajás, a única que não está sob o controle da Companhia Vale do Rio Doce.

Pelo último cronograma, a mina deveria ter começado produzir em 2001, mas permanece inativa. O maior obstáculo para a empresa é o transporte do minério para exportação. Se já houvesse a transposição do rio Tocantins na hidrelétrica de Tucuruí, a produção poderia ser transportada por via fluvial até Vila do Conde. Sem esse caminho, resta a ferrovia até a Ponta da Madeira, no Maranhão.

Economicamente, porém, o melhor caminho é a instalação de uma fundidora em Marabá mesmo, evitando a saída do minério *in natura*. A CVRD poderia se comprometer a viabilizar esse empreendimento, direta ou indiretamente. Participando do negócio ou oferecendo-lhe parceiros e vantagens logísticas.

Perigo

Para as autoridades verificarem: uma draga está retirando areia do fundo do rio Araguaia, em frente à cidade de Conceição do Araguaia, para a construção do “Beradeiro”, que seria transformado em atração turística, à semelhança da praia do Tucunaré, rio abaixo, já no Tocantins, defronte de Marabá. Quem viu o trabalho ficou preocupado com o impacto ambiental do serviço sobre o Araguaia. Convém checar.

Balanço de um cinquentenário

Já havia escrito meu artigo sobre a Icomi quando me chegou, via internet, uma mensagem da empresa. A primeira de uma série, através da qual pretende esclarecer a opinião pública sobre a desmobilização de suas atividades no Amapá.

Garante que o saldo de sua atividade é tão francamente positivo que pôde ser comemorado pelos 30 trabalhadores remanescentes da mineração de manganês. No último dia 3 eles se reuniram num restaurante situado à beira de um igarapé, em Santana, “marcados pelo tempo e pelas lembranças de uma vida dedicada ao trabalho e à formação de suas famílias. Foram pioneiros na chegada da indústria de mineração ao Amapá e se identificam facilmente com a história do Território e do Estado. Comemoravam a data de encerramento definitivo da Icomi.

Foi um encontro simples para compartilhar experiências de vida e reconhecimentos. Em cada um deles podia se reconhecer histórias e história, testemunhos vivos de uma trajetória importante para todos os que lá estiveram e para muitos outros amapaenses ausentes e descendentes”, relata a mensagem da empresa.

Através desse exemplo, julga demonstrar que, ao encerrar a exploração da rica jazida de Serra do Navio, está deixando um acervo de realizações em benefício da terra. Lembra que ao se instalar no Amapá “não recebeu instalações industriais, equipamentos, via permanente e material rodante da ferrovia, nem as mais de 300 habitações da Vila Industrial de Serra do Navio. Também não recebeu “os hospitais e escolas que até hoje atendem a população”. Assegura que bancou todos os investimentos com seus próprios recursos, “sem nenhum aporte de capital do Território ou do Estado do Amapá”.

É verdade. E é verdade que outros “grandes projetos” se implantariam pos-

teriormente, usufruindo favores e benefícios oficiais, além de contrapartida de capital estatal. Mas na época em que a Icomi chegou ao Amapá o empreendedor privado, ao se instalar em área pioneira, bancava seus custos, como fez Henry Ford antes e faria Daniel Ludwig depois. Em compensação, as concessões eram tão vantajosas que mais do que cobriam as inversões de capital privado. Ford recebeu um milhão de hectares no Tapajós.

A Icomi ganhou o direito de lavrar, por 50 anos, uma preciosa mina de manganês, mineral estratégico para a indústria siderúrgica, do qual os Estados Unidos eram carentes, dependendo de importações (feitas na distante África) para se suprir. Além de poder operar uma ferrovia cativa. O contrato da Icomi está na tradição de outros contratos anteriores e posteriores, como o de fornecimento de energia para a Albrás.

O principal benefício que a Icomi declara ter feito foi o pagamento de aproximadamente 277 milhões de dólares ao Estado, ao longo da sua existência. Dá uns US\$ 6 milhões ao ano, US\$ 500 mil (R\$ 1,4 milhão) ao mês. Grande parte desses recursos foi utilizada (e mal utilizada) na construção da hidrelétrica do Paredão, da qual a Icomi mais seria beneficiada do que o próprio Estado, atrelado a uma usina de potência semestral (como não possuía reservatório, não tinha água para gerar energia na estiagem). Essa foi uma das causas da não industrialização do Amapá.

A empresa extraiu, em meio século, 60 milhões de toneladas de manganês da Serra do Navio e exportou 35 milhões. Só de exportação, daria – a preços de hoje, subvalorizados – aproximadamente 1,5 bilhão de dólares só de vendas ao exterior, quase exclusivamente para os Estados Unidos. Ou 4,5 bilhões de reais. Incluídos R\$ 2 bilhões de venda no mercado interno, a receita da Icomi teria chegado a quase R\$ 7 bilhões. O Estado ficou com menos de um bilhão. Um resíduo do que ganhou a empresa e, ainda mais do que ela, o comprador do minério.

Ontem, como hoje, a política mineral continua a mesma. As reservas medidas de manganês do Brasil correspondem a 3% dos depósitos mundiais. Sua produção equivale a quase 7% da produção mundial. A África do Sul, que tem mais de 70% do minério identificado na crosta terrestre,

produz 15%. Brasil e Austrália juntos produzem tanto quanto os sul-africanos.

A Icomi sustenta que também contribuiu para o desenvolvimento da região “construindo outros empreendimentos, dos quais permanece ativo e com grande perspectiva de futuro a Amcel, hoje pertencente a International Paper, um dos maiores grupos internacionais do ramo de papel e celulose”. Acrescenta que a IP, que adquiriu a Champion Celulose, antiga proprietária da Amcel, “tem planos de expansão para sua empresa no Amapá”.

Também é verdade. Mas até agora a Amcel tem sido uma típica empresa colonial: limita-se a produzir e exportar cavacos de madeira. Já atua há mais de duas décadas dessa forma. Um passo além na escala de beneficiamento, com a celulose, representaria quanto de acréscimo à combatida economia amapaense? Esse passo, que a International diz pretender dar, a Icomi nunca deu. Mas Antunes ganhou um bom dinheiro vendendo cavacos para seu antigo amigo Ludwig, quando faltou madeira no Jari. E mandando para os japoneses, do outro lado do mundo, transformarem em celulose e papel, enquanto formavam seu próprio reflorestamento.

As críticas feitas aos 50 anos de Icomi no Amapá não podem ser interpretadas como uma condenação total ao que a empresa fez no atual Estado. Acho que seu saldo é negativo e não positivo. Espero que o poder público, tanto o estadual quanto o federal, reabram o processo de desmobilização da empresa e o discutam em profundidade, exigindo novos reinvestimentos e cobrando responsabilidades do grupo empresarial, se a conclusão coincidir com minha própria avaliação desse meio século de mineração de manganês.

Há pontos positivos na atuação da Icomi. O maior deles resulta da constatação de que, de lá para cá, exceto quanto às técnicas de mineração e os cuidados com o meio ambiente, os “grandes projetos” andaram para trás no trato com seus funcionários e nos investimentos não diretamente produtivos, no desempenho da muito falada (e mais falada do que efetivada) responsabilidade social. Quem conheceu a vila residencial de Serra do Navio e a compara com os núcleos populacionais dos atuais projetos sente a diferença. Para pior.

Índio e floresta: mais um adeus

Falando em nome do presidente Lula, o chefe da casa civil, José Dirceu, garantiu aos bispos da igreja, recentemente reunidos em Itaici (São Paulo), que o governo do PT passaria a dar mais atenção à questão indígena, da qual tem sido acusado – especialmente pelo Conselho Indigenista Missionário – de se ter mantido distante. Mas ao mesmo tempo desfez expectativas favoráveis ao observar que a correlação de forças no Congresso é desfavorável aos índios neste momento.

Pragmático, porém, o ministro não transferiu a terceiros a responsabilidade sobre a homologação da terra indígena Raposa-Serra do Sol, em Roraima, a mais polêmica da pauta indigenista no momento. Se quisesse fazer a homologação, bastaria a Lula apor sua assinatura no processo de demarcação, encerrando uma tramitação de mais de 20 anos, em meio a muito trabalho e negociação. O que falta é a simples assinatura do presidente na página final do processo.

Mas o ministro acha difícil que Lula pratique esse ato. Ele leva em consideração os problemas políticos e sociais criados pela presença maciça de invasores dentro dos limites internos da reserva. Mas deve estar avaliando outra situação, não abordada por José Dirceu: a recente adesão do governador de Roraima ao PT. O governador, como toda a classe política e a elite local, não quer mais nenhuma reserva no Estado. E o presidente também não parece desejar a perda política. Os índios que se contentem com o que já têm.

De uma forma sutil, mas insinuante, Dirceu deixou no ar a possibilidade de que os índios tenham que se contentar com menos do que têm ou já tiveram. Do acervo sob ameaça estaria a própria Funai, duramente criticada pelo chefe da Casa Civil da Presidência. A Fundação Nacional do Índio “não presta”, sentenciou ele.

As palavras do antigo líder esquerdista soaram “até mais duras do que aquelas pronunciadas por muitos governos anteriores” aos ouvidos do antropólogo Mércio Gomes, professor da Universidade Federal Fluminense. Daí sua decisão de escrever um artigo a respeito, publicado pelo *Jornal do Brasil* no último dia 13. Um artigo como poucos poderiam escrever sobre o tema no Brasil. Admirador desse bravo e íntegro indigenista, que

tantos serviços já prestou à causa (dentro os quais o livro “O índio na história”), sinto-me no dever de reproduzir seus principais trechos. É uma tranqüila e lúcida lição aos que querem se atualizar no problema, mesmo que, no fundo, atualização não haja. E, infelizmente, muito pelo contrário.

Transfiro ao leitor os questionamentos de Mércio:

Em primeiro lugar, nunca na história do Brasil a correlação de forças políticas foi favorável aos índios, seja no Congresso, seja no Executivo, seja no Judiciário, seja na própria sociedade brasileira. Se o tivesse sido, os índios estariam ainda hoje em controle do Brasil, é claro. Entretanto, para não voltarmos aos tempos do império e da colônia, desde que o marechal

Cândido Rondon, em 1910, criou o Serviço de Proteção aos Índios (de onde surgiu a Funai, em 1967, por obra do governo militar), o Estado brasileiro, principalmente o Executivo, tem tido a incumbência precípua e quase exclusiva de tratar do relacionamento da nação com os povos indígenas, em detrimento de quem a nação brasileira foi construída. Rondon, grande parte

do Exército brasileiro, os intelectuais da época e um sentimento inefável, mas de consistente de simpatia pelos índios, é que levaram o Estado brasileiro à assunção da responsabilidade maior para com os povos indígenas sobreviventes. Qualquer posição diferente, que signifique uma tendência a evasão de responsabilidade, é uma quebra desse compromisso histórico.

Na verdade, a correlação de forças no Congresso brasileiro é a mais favorável aos índios desde o Congresso de 1910, quando Rondon criou o SPI. Afinal de contas, a esquerda está no poder e o governo tem maioria no Congresso! Como não passar aquilo que o governo debate e determina? O Congresso de 1910 foi movido pelas acusações de que o Brasil esta-

va matando seus índios, daí ter aceitado a criação de um órgão que também, diga-se de passagem, tomava conta dos sem-terra brasileiros, não imigrantes estrangeiros, da época. A ousadia de Rondon, o estadismo do presidente Nilo Peçanha e a determinação de seu ministro da Agricultura (onde estava o SPI), Rodolfo Miranda, é que fizeram o SPI começar a reverter o processo de “estadualização” da questão indígena, que deixava nas mãos dos interesses locais e regionais a sobrevivência dos índios. Eis o que não pode acontecer agora no Brasil, e o governo Lula tem que ter consciência disso e agir para avançar no processo de conclusão de demarcação das terras indígenas.

Segundo, a homologação da terra indígena Raposa-/Serra do Sol é problemática, realmente. Mais problemática foi a demarcação da terra indígena Yanomami, e o presidente Fernando Collor a realizou e a homologou. Mais problemática foi a demarcação das terras dos Xavante, durante o intenso período de expansão a Oeste do Rio das Mortes, e os governos militares, pressionados pelas lide-

ranças desse povo, inclusive o saudoso Mário Juruá, a realizaram. A demarcação do Parque Indígena do Xingu foi iniciada por Getúlio Vargas, após projeto feito por Darcy Ribeiro e Orlando Villas-Boas, e foi homologada pelo presidente Jânio Quadros. Enfim, nunca foi fácil demarcar terras indígenas, e só por “vontade política”, expressão tão ao gosto do presidente Lula, é que essas coisas são feitas no Brasil.

Afinal, será que a Funai não presta? A Funai tem uma marca negativa de origem, que é ter nascido da atitude dos militares de querer apagar a história que vinha ocorrendo no SPI, história que tinha suas máculas, mas também seus heróis, inclusive os heróis em vida, como Noel Nutels, o último diretor geral do SPI

Se isto soa como música
a esses bandeirantes,
por nascimento ou
adesão, dói pra xuxu
aos ouvidos da gente e
das coisas atrasadas,
como nós parecemos a
esses *bwanas* do
cifrão e da bigorna.

antes do golpe militar. Todavia, mesmo com militares no poder, com algumas falcatruas e muitas irresponsabilidades, a Funai demonstrou ser capaz de cumprir suas obrigações de defender os índios dos seus inimigos locais e promover o reconhecimento de seus territórios. Eis porque cerca de 80% dos territórios indígenas atuais estão em vias de demarcação e homologação, e todo o processo de demarcação poderia ser concluído em dois anos, a um custo bastante baixo.

Que órgão administrativo brasileiro deu conta de tal porcentagem de realização de suas atribuições?

Por sorte, não por resultado de clara e objetiva ação governamental, na verdade, por força de fatores mais amplos, a população indígena brasileira como um todo mais que triplicou nos últimos 40 anos. São 210 povos e cerca de 400.000 índios, em crescimento de mais de 4% ao ano. Esses povos vivem e representam a raiz diferencial que o Brasil tem em relação às outras nações.

Como disse Gonçalves Dias, há mais de 150 anos: "Os índios foram o instrumento de quanto aqui se praticou de útil e grandioso; são o princípio de todas as nossas coisas; são os que deram a base para o nosso caráter nacional, ainda mal desenvolvido, e será a coroa de nossa prosperidade o dia da sua inteira reabilitação".

Ao presidente Lula, ao ministro da Justiça e ao presidente da Funai, a realização da profecia do grande poeta.

Apesar de tudo, portanto, Mércio – por crença real, necessidade ou estratégia – ainda confia na atual administração para que, mesmo com muita luta, a causa indígena continue a prosperar. Mas cabe uma observação final: o que separa Lula de Fernando Henrique Cardoso nesta questão é a rua da retórica em São Paulo, no centro industrial brasileiro. FHC, que escreveu sobre a Amazônia com base em fontes secundárias, mas com idéias bem definidas a respeito da região, entende que o primitivismo deve ceder ao novo príncipe na fronteira: o investidor, o dono do capital.

Lula partilha esse ponto de vista. Só diverge quanto ao beneficiário: o operário do ABC, como ele próprio o foi. Ou divergia. No mais, estão de acordo que a terra de índios e florestas deve ser modernizada para que se instaure a verdadeira contradição: a do capital e do trabalho.

Se isto soa como música a esses bandeirantes, por nascimento ou adesão, dói pra xuxu aos ouvidos da gente e das coisas atrasadas, como nós parecemos a esses *bwanas* do cifrão e da bigorna. Resta torcer para que o Lula de Rio Branco, no Acre, prevaleça sobre o Lula de Itaici, em São Paulo, nessa luta de contrários dentro da mesma pessoa. 

A soja

Outro dia vi um documentário sobre a soja. Um grande produtor brasileiro anunciava que iria abandonar a Bolívia, onde havia formado um grande plantio. O negócio não estava mais compensando. A lente da câmera foi buscar o que restava da mata amazônica boliviana lá longe, graças ao zoom. Percebi ali a antevisão do que já está acontecendo na Amazônia e se consumará no futuro se nada for feito para impedir a expansão dessa monocultura, principalmente quando desacompanhada de beneficiamento (o tal do cluster de que hoje tanto já se fala).

Ninguém pode ser contra, por exemplo, um porto como o que a Cargill construiu em Santarém. Em si, é um grande benefício, embora talvez pudesse ter sido ajustado um pouco melhor à paisagem. Mas o efeito de um ponto de compra e embarque de soja é tão poderoso quanto o que as guseiras tiveram sobre a região em torno de Marabá. Uma vez

Questão

Na sexta-feira da semana passada a Mineração Rio do Norte fez um depósito na justiça federal, em Brasília, de nada menos do que 316 milhões de reais. O alto valor foi para garantir o direito da empresa de prosseguir na demanda contra a Receita Federal, que a autuou em 2001 (no valor original de R\$ 220 milhões, já atualizado) por haver reduzido seu capital social em 20% sem levar em conta a contribuição da renúncia fiscal do tesouro nacional para a formação desse capital (**ver, a propósito, Jornal Pessoal 301**). A receita entende que a empresa, uma das maiores produtoras de bauxita do mundo, deixou de recolher o imposto de renda devido pela operação.

Pescador

Foi muito notada a ausência de Simão Jatene ao encontro do presidente Lula com os governadores da Amazônia, realizado nos dias 9 e 10, em Rio Branco, no Acre. Mereceu destaque na cobertura do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Tentando colocar panos quentes, um porta-voz não-oficial explicou que "compromissos inadiáveis firmados há meses" teriam impedido o governador paraense de comparecer à reunião. O próprio presidente da república, em au-

inventada essa pólvora de sucção de terras e húmus, será muito difícil – e custoso – "desinventá-la".

Pode-se cultivar soja na Amazônia, mas com muito cuidado. Nunca deixando que a área cresça sem medidas de industrialização e numa circunscrição bem definida. Sem medidas acautelatórias e suporte técnico adequado, além de uma definição clara sobre os objetivos a alcançar, a soja se expande irracionalmente, impulsionada pelo ponto de compra e embarque.

Santarém já começou a ouvir notícias mais frequentes de conflitos de terra, grilagem, violência, mortes. A migração campo-cidade se intensificou. Povoados estão sendo abandonados, escolas fechadas. A cidade vai sofrer as conseqüências dessa *plantation*. Se não quiser sofrer muito, terá que oferecer alternativas – e melhores – aos agricultores. A roda começou a rodar, moer, esmagar.

A MRN teve que assegurar o valor da autuação porque o desembargador Hilton Queiroz, do Distrito Federal, indeferiu o pedido de liminar requerido pela mineradora, numa medida cautelar que tentou no final de abril, a partir da decisão de não reconhecer o ato administrativo da receita, dando prosseguimento à demanda em juízo. Com o depósito, a empresa, controlada pela Companhia Vale do Rio Doce, deixe de ficar sujeita às sanções administrativas que poderiam ser adotadas, como o cancelamento do refinanciamento de sua dívida, através do programa Refis, e dos benefícios fiscais de que desfruta.

diência no Palácio do Planalto, teria liberado Jatene do encontro.

O chato foi o governador ser descoberto pescando às proximidades de Belém exatamente quando seus colegas estavam na capital acreana ao lado de Lula. Flagrado em função de um lamentável acidente que o vitimou, obrigando-o a procurar imediato socorro. Jatene foi fisgado, literalmente. Não se tratava de história de coxo, mas de pescador. Pelo jeito, não dos melhores.

Grandes personagens, intérpretes medíocres

Lida por sete milhões de pessoas, a maior revista de informações do país, a quinta maior do mundo, concedeu ao falecimento, aos 78 anos, de Raymundo Faoro, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, um acanhado registro na coluna de necrológio. Num universo de gente que brilha por circunstâncias, acasos e qualidades inatas (e frequentemente maltratadas), o perfil de Faoro não permitiria enquadrá-lo como um dos heróis de *Veja*.

O advogado que morreu na semana retratada, porém, foi um dos principais personagens da fase de transição até o retorno do Brasil à democracia, depois de 19 anos de ditadura militar. O elegante cidadão de Vacaria, no Rio Grande do Sul, harmonioso mesmo em suas dimensões de jogador de basquete, assumiu naturalmente um papel de destaque. Não o buscou: foi procurado para desempenhar sua função. Foi atraído e atraiu por seu magnetismo pessoal, sem precisar forçar nada, sem gritar nem carregar nas tintas.

O que mais importava em Raymundo Faoro era a dimensão que ele tinha do valor dos símbolos na vida humana. Só tem essa percepção quem penetra no mundo dos conceitos. Para adquirir o entendimento conceitual é preciso absorver o legado intelectual da humanidade, o que cada geração produziu e transmitiu de perene às gerações seguintes. Era em sua biblioteca que Faoro se achava em seu ambiente natural, entre pares e iguais, dialogando com a história. Dessa conversa com os clássicos do pensamento, ele próprio já surgiu clássico na sociologia com *Os Donos do Poder*, publicado em 1958, quando tinha apenas 33 anos.

É um livro tão desconcertante quanto *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, ou *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, que têm sido comparados a ele. Não podem ser enquadrados rigidamente (e muito menos ainda satisfa-

toriamente) em qualquer uma das disciplinas das ciências sociais isoladamente. Cabem em todas, usando o que têm a oferecer, e as ultrapassam, m indiferentes às classificações metodológicas. São, na verdade, ensaios de interpretação. Partindo de um mote, tomam-no como impulso para apresentar sua visão do país, uma verdadeira *weltanschauung*.

Não concordo que esse tipo de *suma* se reduza à trilogia. Temos mais desse tipo de *insight*, bem caro à tradição inglesa, exemplos mais numerosos do que permite nosso sentimento de inferioridade e autocomiseração. Seus autores conhecem e dominam a língua. Escrevem com clareza e correção. Alguns, com toques de verdadeira literatura, da melhor, sem distinção entre prosa e verso. Todos, com inusual confiança no próprio taco. Como é que esses intelectuais, com idades que

mal haviam passado dos 20 anos ou entrado nos 30, possuíam um conhecimento tão íntimo deste Brasil barroco e racional, arcaico e moderno, jovem e velho?

Não era porque o tinham palmilhado território por território. Mas porque o haviam encontrado nas transversais das grandes abstrações humanas, naquele tipo de teoria que, refinada, chega a arquétipos e tipos ideais, modelos e teleologia, abrangente e localista, universal e específica. Todos eram cultos, argutos, inventivos. Raymundo Faoro exumou o patronato brasileiro modelando-o por Max Weber e seu conceito de patrimonialismo, mais heurístico do que a teoria de classes (com seu inelutável conflito) do outro alemão, mais otimista, Karl Marx. Marx reconstituiu a anatomia e a genealogia do capitalismo no olho do furacão, em uma confortável poltrona do Museu Britânico (que ainda está lá, seduzindo os crenetes da osmose, ainda que à *dernière*). Weber vinha da Prússia, dos *junkers*. Estava mais perto de nós, que somos periferia e não centro, no sertão da dominância.

Veja foi o cúmulo do maltrato a esse grande brasileiro, que estava na hora certa, com a linguagem certa e a biografia certa quando o general Geisel, imaginando-se algo entre Bismarck e Ludendorff (mais afim com Hindenburg, porém), andou à cata de interlocutor, quando formava seu governo, no Rio de Janeiro, para seu projeto da distensão lenta, gradual e segura. Encontrou, do outro lado do Largo da Misericórdia, um homem que não abria mão da anistia ampla, total e irrestrita, mas respeitava quem tivesse uma visão de mundo na cabeça para dialogar (e, se fosse o caso, negociar).

Não sou e nunca fui um fã do projeto de Geisel ou do próprio general. Grandioso demais para ser de carne e osso, biografando-se antes de ter vivido, o general Geisel podia ser seduzido por satélites menores, porém sagazes, como Esmeraldo Barreto, Heitor Aquino, Shigeaki Ueki ou mesmo Golbery do Couto e Silva. Mas foi o único dos presidentes militares, depois de Castelo, que não pensou apenas em si e nas suas extensões. Ou que pensou antes de fazer. Havia uma certa grandeza naqueles tempos difíceis, um tom de drama e tragédia que antecederia, como sempre nos alerta o banzo Shakespeare, a comédia que viria depois, ou a farsa que a sucederia, nos novos tempos (não tão novos assim).

Por falar em teatro: era instrutivo acompanhar as palavras, os gestos, os movimentos e os silêncios dos personagens que naquele momento desafiavam a linha-dura militar e os radicais de esquerda na montagem de uma saída menos traumática para o fim-do-túnel a que os *condottieri* castrenses nos levaram.

Todos entendiam de símbolos. Falavam tanto pelo que diziam quanto pelo que silenciavam. Quem partilhasse suas referências saberia para onde estavam indo e o que conduziam. Seguraram o andor, que era de barro puro, em meio aos sacolejos. Fizeram o que a história deles esperava. Não é sua culpa se, quando se vão, os que ficam são tão desmemoriados e tolos quanto os editores desta requintada vacuidade multicolorida na qual a querida *Veja* de outros tempos se reduziu.

O que mais importava em Raymundo Faoro era a dimensão que ele tinha do valor dos símbolos na vida humana. Só tem essa percepção quem penetra no mundo dos conceitos.

Watergate: valiosos papéis da história

O material que Bob Woodward e Carl Bernstein, repórteres do jornal *Washington Post*, produziram ou reuniram durante a cobertura do “escândalo Watergate”, que levaria ao afastamento do presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, na década de 70, ocupam 75 caixas. São notas, transcrições e fitas com entrevistas, rascunhos e memorandos que os repórteres trocaram entre si. A Universidade do Texas adquiriu esse acervo por cinco milhões de reais (uns 14 milhões de reais). Já ricos e célebres (foram os primeiros jornalistas a desvendar o escândalo), os dois deixaram 10% para a coletividade. Doaram cerca de US\$ 500 mil para uma série de conferências sobre o caso Watergate.

O diretor do Harry Ransom Humanities Research, responsável pela aquisição, Thomas F. Staley, justificou o investimento nos papéis de Woodward e Bernstein dizendo que eles são “um dos grandes arquivos da história da América”. Mas a instituição não precisou lançar mão de seus recursos: o dinheiro da compra veio de doações particulares.

Depois de catalogado e arquivado no centro, que é uma biblioteca de pesquisa instalada no *campus* da universidade, em Austin (rica em material sobre a América Latina e o Brasil), parte da documentação poderá se tornar pública dentro de um ano. Mas as identidades das fontes serão preservadas até que elas morram. Assim, só dentro de mais algum tempo os curiosos poderão saber quem era o famoso “Garganta Profunda” (*Deep-Throat*), a mais importante das fontes usadas pelos dois repórteres.

Foi Bernstein quem teve o cuidado de guardar desde o início todo o material que ele e seu colega foram acumulando à medida que iam aprofundando a cobertura do assunto, iniciada com a prisão dos arrombadores da sede do comitê eleitoral do

Partido Democrata, no prédio Watergate, em Washington. O episódio parecia corriqueiro até que um dos arrombadores, preso de maneira infantil pela polícia, segredou ao juiz da instrução que havia integrado a CIA, a Central de Inteligência Americana. Woodward, plantonista que cobria sua ronda, ficou intrigado com o detalhe, iniciando uma cobertura jornalística histórica, talvez o mais bem sucedido caso de investigação jornalística da imprensa mundial.

Tomando conhecimento do fato, talvez muita gente se escandalize com o valor pago pelos papéis e considere indevida a fortuna embolsada pelos jornalistas. Mas o caso oferece muitas lições para *nosotros*, brasileiros. As instituições americanas estão dispostas a pagar, e a pagar muito bem, por material ao qual atribuem espe-

cial valor, ainda que o acervo não tenha um valor sonante imediato. Podem dar-se a esse luxo porque sempre aparecem doadores de fundos.

Woodward e Bernstein, beneficiados em US\$ 5 milhões dessa tradição da ética protestante, retribuíram para garantir-lhe a perenidade doando, por sua vez, 10% do que receberam para financiar uma iniciativa visando o bem coletivo (ciclo de palestras sobre Watergate). Empreendimentos desse gênero fornecem o estofado de projetos de civilização (e de poder).

Quando sou confrontado com situações assim sempre me lembro que, na metade do século XIX, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro era várias vezes maior do que a de Washington, hoje, de longe, a mais importante e rica do planeta. Um dos grandes resultados do deslocamento da

parte portuguesa para o Brasil, em 1808, por iniciativa de D. João VI, foi justamente o acervo bibliográfico e documental que a acompanhou. Graças a ela, o Rio de Janeiro passou a ter uma das mais valiosas bibliotecas do Novo Mundo, equiparável a algumas das principais da Europa. O que fizemos de lá para cá? Em termos mundiais, regredimos. Porque nos falta uma ética coletiva, uma consciência de cidadãos, uma identidade nacional.

O exemplo do material dos dois repórteres nos deixa mais desconfortáveis em nossa nudez civilizatória. Afinal, quantos papéis históricos, muitos deles vitais, já não jogamos fora?



Book

Coluna social publica foto de uma moça que vai fazer 15 anos. Sua blusa está aberta e ela exhibe o busto, sutiã à mostra. Os braços estão levantados, as mãos atrás da nuca. Não há sensualidade na foto, apenas vulgaridade. E falta de um senso mínimo de ocasião. Sinal dos tempos.

Arquivo morto

Quando o desembargador Christo Alves assumiu a presidência do Tribunal de Justiça do Estado, anos atrás, imaginei que iria realizar um velho sonho: ter acesso aos autos de um hábeas corpus requerido por meu pai, em 1967, para reassumir a prefeitura de Santarém, da qual fora afastado pela maioria dos vereadores municipais, que faziam oposição a ele. Juiz da comarca de Óbidos na época, Christo Alves havia concedido a chamada medida heróica.

A Polícia Militar foi enviada para Santarém pelo governador Alacid Nunes para impedir a posse. No conflito com a massa, matou três dos manifestantes. Santarém acabaria sendo declarada área de segurança nacional. Não elegeria mais seu prefeito, que passou a ser nomeado pelo governador. Papai foi cassado, duas vezes. Na primeira perdeu o mandato. Na segunda, os direitos políticos.

O desembargador Christo Alves bem que tentou me ajudar a localizar o processo, um dos documentos que gostaria de examinar para avaliar mais profundamente o episódio, mas o esforço de busca foi inútil. De lá para cá sei que o arquivo do judiciário melhorou um pouco, mas não o suficiente, nem mesmo o possível. Dos três

quilômetros de processos guardados em suas estantes, apenas 40% foram colocados em planilhas. Mas nada passou para o registro eletrônico. Com 130 anos de existência, o arquivo é o segundo mais valioso do Estado. Valioso pelo potencial que encerra. Não, porém, pelo seu uso corrente. Incompreensivelmente procrastinado.

Outro dia precisei fazer nova consulta e a situação permanecia a mesma: sem estar integrado à rede de computadores do judiciário, o arquivo não presta aos seus usuários potenciais (magistrados, advogados e a sociedade em geral) os serviços que estão, em tese, ao seu alcance. O mais imediato deles é dar a posição dos processos na tramitação em tempo real. Mas outra serventia importante é devolver à vida documentos jogados no arquivo morto como se fossem papel imprestável, lixo. No entanto, essa papelada maltratada é parte da história estadual, que está confinada nas estantes do arquivo, ansiosa por emergir na vida cotidiana dos cidadãos. Só não o fazendo por estar tolhida por uma visão tacanha e superada da arquivística no mundo contemporâneo.

Tomara que essa distorção seja corrigida, o mais rapidamente que for possível ao TJE.

Perguntas

A quem responder possa: por que um grupo de dança utiliza o Teatro da Paz sem pagar um tostão e outro (que, ainda por cima, é comandado por uma ex-diretora daquela casa de espetáculos) paga? Qual o critério que determina a diferença de tratamento? O popular QI?

Por sinal: há regras objetivas para a aplicação dos recursos dos fundos públicos ou das renúncias tributárias do Estado para o setor cultural? E para a análise dos projetos?

Custo

A Secretaria de Cultura do Estado gastará, nos próximos quatro meses, quase 530 mil reais só com a manutenção, limpeza e vigilância do conjunto Feliz Lusitânia, na Cidade Velha. Mas a despesa poderá ir a quase R\$ 740 mil. Dos 18 contratos assinados pelo secretário Paulo Chaves Fernandes, metade diz respeito a despesas de apenas um mês. Se o valor mensal for repetido nos três meses seguintes, a soma deixará de ser de R\$ 530 mil e chegará a R\$ 740 mil. Mesmo considerando apenas as despesas já autorizadas para o quadrimestre, significa que o custeio da Feliz Lusitânia, sem incluir as despesas com água, luz, telefone e eventualmente impostos, é de R\$ 130 mil ao mês.

Todos os contratos foram assinados com dispensa de licitação. Os maiores foram os de vigilância, no valor de R\$ 430 mil, divididos entre duas firmas: a Progresso recebeu R\$ 330 mil e a D. Rocha, R\$ 104 mil, divididos em dois contratos para cada firma. A empresa que conquistou (sem precisar de licitação, é claro) a maior quantidade de contratos foi a Corpenge: foram quatro, no valor de R\$ 47 mil.

A Feliz Lusitânia, como se sabe, integra um circuito de museus e centros de entretenimento criado e gerido pelo secretário Paulo Chaves Fernandes. Com esse padrão de administração pública.

Cartas

Despedida

Caro confrade:

Tão belo e tão simples – simples e belo – o seu “Adeus, cavalheiro” de despedida do Sérgio Valinoto.

Considere-se abraçado por Marilda e por mim.

Seu **Jornal Pessoal** da 1ª quinzena de maio está, como de hábito, genial.

Fraternalmente,

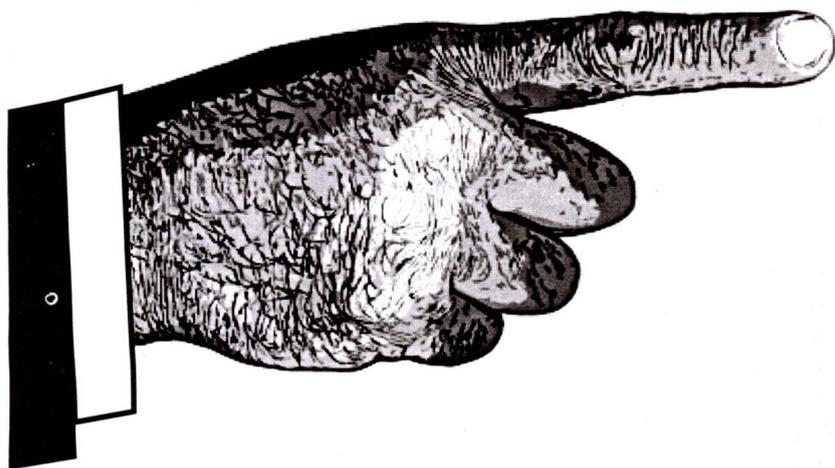
Acyr Paiva Pereira de Castro

Justiça

Reporto-me, mesmo com algum atraso, à matéria “É livre pensar no Pará?”, publicada no **Jornal Pessoal** nº 298. Nas discussões que participo (agora com menor frequência) sempre faço questão de frisar aos meus interlocutores que a *liberdade* de se exprimir e criticar, que tanto se propala neste imenso país, e consignada na Carta Magna, é meramente figura de retórica (há muita coisa na Carta que nem isso é). Por essa razão é importante que as pessoas obstadas ou violentadas em seus direitos tornem-nos públicos, para que a sociedade civil tome conhecimento a quantas anda a cidadania brasileira. A liberdade tem de ser verdadeira, não aquela que se confunde com o poder econômico.

A insanidade das instâncias superiores termina atropelando as conquistas da humanidade. O caos que se instalou no Brasil, principalmente na área de segurança pública, e que tende a agravar-se no curto prazo, é uma prova incontestada dessa assertiva. O estado faliu. A propósito do controle externo do judiciário, assunto que domina no momento o noticiário nacional, em recente artigo transcrito num periódico local, um magistrado da ativa assim se manifesta: “Durante muito tempo a Justiça ‘esteve acima de qualquer suspeita’ não que estivesse imune a desvios, mas porque o sentimento de cidadania não tinha chegado ao ponto de entender que a justiça pode e deve ser debatida, questionada, fiscalizada, elogiada, criticada”. Fiz mais, o articulista: “a) ricos e pobres são tratados diferentemente pela Justiça; b) a Justiça não resolve os conflitos que lhe são apresentados; c) a Justiça não está ao alcance do povo; d) a Justiça é demorada; e) a Justiça é cara”. Portanto, caro Lúcio, a questão é safar-se ou salvar-se da Justiça!

Rodolfo Lisboa Cerveira



Tribunal em policromia

A revista *Veja* está fazendo o jornalismo brasileiro retroceder décadas. Nela, ou os repórteres todos se transformaram em editorialistas, ou então estão permitindo que os editores transformem suas reportagens em editoriais. A informação se tornou secundária diante da hegemonia dos adjetivos. O relato tem sido soterrado pelo julgamento, a avaliação factual pelo panfleto. Ao final de sua leitura, o leitor sai carregado de etiquetas e epítetos, mas não muito capaz de argumentar. *Veja* se transformou no tribunal dos Civita. O saudável exercício da opinião resvalou para a quase aberta delação.

Cito como exemplo um trecho da principal matéria da seção Economia e Negócios desta semana. A propósito da iniciativa do BNDES de promover um curso de pós-graduação em desenvolvimento e econômico e social para os seus técnicos, ministrada por professores originários da famosa Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), à frente a economia Maria da Conceição Tavares, proclama o repórter Ronaldo França (ou proclama-se sob sua assinatura):

“É surpreendente que uma instituição governamental da importância estratégica do BNDES gaste dinheiro na formação de seus quadros para recheá-los com uma visão econômica solitária e defasada, porque intervencionista e em descompasso com a estabilidade fiscal. Em última instância, o BNDES está se preparando para funcionar em desacordo com a visão econômica hegemônica no Planalto”.

Não satisfeito com essa sentença, que poderia (mal comparando) ornar as páginas do velho *Pravda* ou do *Granma*, ou servir a locuções na Rádio de Pequim ou da Albânia, acrescenta o repórter-juiz:

“Essa é uma teoria que remonta aos Estados Unidos e à Europa da década de 30, quando foi usada com bons resultados, mas em outro contexto. Hoje não se aplicaria ao Brasil, onde a chave do sucesso é manter a confiança na estabilidade fiscal”.

Cada oração exigiria uma demonstração. O conjunto de frases condensa (e suprime) um manual inteiro de economia, além de livros sobre conjunturas históricas. Podia caber, entre aspas, na boca de fontes ouvidas pela revista. Não no texto do repórter, que dispara flechas como um Zeus descompromissado. Ao invés de fornecer informações aos seus leitores, torna-se porta-voz não credenciado do governo (ou do seu centro hegemônico), vestindo aquela surrada e mal-afamada roupa do áulico, sempre mais realista do que o rei.

Além de tudo, há supina ignorância da parte do Mefisto. No dia 18 no vale do Tennessee – e, por extensão, os Estados Unidos, que para Ronaldo são exemplo apenas remissivo em matéria desse tipo de teoria econômica – houve comemoração pelos 70 anos de um Belzebu, na visão do repórter escolástico de *Veja*. Foi o aniversário do TVA, uma autarquia criada durante o *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt com a versatilidade de uma empresa privada, que revolucionou os 100 mil quilômetros quadrados dos sete Estados banhados pelo grande rio, que, graças à Autoridade do Vale do Tennessee (a tradução da sigla), se tornou plenamente navegável e proporcionou melhoria de vida para seus habitantes.

O TVA continua vivo e ativo, o intervencionismo estatal de que resultou continua atual, Quem caminha como caranguejo (senão como anta) é a revista *Veja*.

Zona Franca

Desde o início do mês, pela primeira vez em seus 36 anos de existência, a Superintendência da Zona Franca de Manaus está entregue a um servidor da instituição. Pela primeira vez o superintendente é mulher. A nova superintendente da Suframa é a economista Flávia Grosso. A partir dessas duas façanhas ela pretende conquistar outras duas.

A primeira é prorrogar, de 2013 para 2030, o prazo de vigência dos incentivos fiscais para a ZF amazonense definidos nas disposições constitucionais provisórias. A segunda é empatar ou tornar superavitárias as contas do pólo industrial, que hoje deixa um rombo de mais de um bilhão de dólares no comércio exterior e absorve 3,6 bilhões de renúncia fiscal.

Grosso vai encontrar uma Zona Franca em melhor situação do que nunca, com maior grau de industrialização, maior volume de exportação e menor artificialismo. Mas ainda muito distante de um modelo equilibrado e, conforme o catecismo, auto-sustentável. Trabalhando há vários anos como técnica da autarquia, agora ela tem a oportunidade de aplicar essa experiência para modificar o movimento da ZF, que tem sido concentrador, para que se torne irradiante, disseminando benefícios e se espraie pelo abandonado e esvaziado interior do maior Estado da federação. O desafio é grande, mas vem em boa hora.

Perspectiva

A expectativa que fica, depois do *forfait* de Jatene ao encontro com Lula no Acre, é qual vai ser a atitude do governador em relação à administração federal petista. Mesmo sem se juntar aos demais governadores da região no ato com o presidente da república, Jatene endossou à distância o termo de cooperação para a montagem de um programa de desenvolvimento sustentável para a região, que será elaborado através de um grupo interministerial ampliado para receber representantes dos Estados. Mas não colocou seu aval no outro documento, de fortalecimento do Banco da Amazônia.

Significa que o governador do Pará seguirá um caminho à parte ou espera por compensações melhores e maiores para embarcar na nau de Lula?

As vozes da rua

Uma das colunas mais interessantes da imprensa paraense foi Vozes da Rua, publicada durante mais de duas décadas pela Folha Vespertina, o outro jornal diário do que pode se podia chamar de grupo Folha. O principal redator da coluna foi Paulo Maranhão, ele próprio o dono da empresa e seu redator-chefe. Sem precisar assinar, nem com pseudônimo, o velho Paulo Maranhão aproveitava o espaço, na primeira página do jornal vespertino, para dar suas opiniões, observar a vida da cidade, atacar desafetos, informar e aprimorar seu texto. Às vezes abusava das palavras difíceis e dos arcaísmos, mas manejava com total controle uma língua que aprendera (e aprendera) tanto na cultura nacional quanto – e sobretudo – nos clássicos da literatura portuguesa. Estava mais ligado a Herculano, Eça ou Camilo do que aos brasileiros. A coluna expressa o íntimo de Paulo Maranhão mais do que qualquer outro dos seus tantos escritos. Por isso, decidi fazer uma antologia das Vozes da Rua. Optei por deixar de lado, ao menos por ora, os textos políticos. A seleção buscou retratar os usos e costumes da cidade e dos seus moradores, as vozes da rua captadas por Maranhão. Nas quais podia-se falar de cacete e cacetinho, referindo-se a um tipo de pão, sem provocar olhares maliciosos e comentários maldosos. Belém ainda era Belém e não se dava conta disso.

* Um fiel que freqüenta os atos religiosos da igreja de S. Raimundo considera inconveniente que padres estrangeiros, pronunciando mal a nossa língua, preguem sermões que, em vez de incutirem no espírito católico união e respeito, provocam zombarias. Cita ter ouvido há dias a prédica de um deles na paróquia de S. Raimundo, nome que o sermônista chamava “piroca” de S. Raimundo. O auditório desatou a rir e o reverendo, irritado, exclamou: – Advirto que não admito riso dentro da “piroca”. Quem quiser rir vá pra fora da “piroca”. (Agosto de 1958)

* Certo juiz aposentado, que se destaca pelo vozeirão, tem um costume péssimo: quando vai a compras em qualquer estabelecimento comercial, aproveita a distração do caixeiro e embolsa o que lhe fica ao alcance da mão. Outro dia, entrou no “Vesúvio” e pediu certa quantidade de bombons e, na ocasião em que o empregado estava a pesá-los, passou para os bolsos ávidos duas manchieias, em quantidade superior àquela que adquirira. O surrupiador – diz o informante das “Vozes” – tem um dedo da destra atrofiado. Que faria se não tivesse? (Maio de 1960)

* Num dos arranha-céus de Belém o vigia costuma fazer, à noite, “tournées”

de inspeção pelos corredores e foi num desses giros que surpreendeu a povoar a povoar a terra uma das moradoras do Edifício, cujo parceiro era um empregado da Panair.

O fato foi denunciado ao síndico, que fez sentir à Vênus flagrada que devia convencer o marido de que não está satisfeita e deseja mudar-se.

Diz o informante das “Vozes” que a esposa adúltera tem filhas moças. Que belo exemplo lhes dá! (Agosto de 1961)

* Quem quer camarão! Quem quer camarão!

É o pregão de um vendedor ambulante que anda a oferecer o marisco saboroso por essas ruas afora.

Uma leitora das “Vozes” chamou-o: Psiu! Psiu!

O homem atendeu-a:

– A como é o quilo?

– Duzentos cruzeiros!

– Mas custa 50 na praia!

– Isso é lá. Aqui são duzentos no duro!

Esse ambulante merece as vistas da Economia Popular. (Dezembro de 1961)

* A Condor tem as suas tradições amorosas que desafiam os anos. De vez em quando retumba de lá um cason escandaloso, em que Baco e Cupido se entrelaçam. Anteontem, essas tradições tiveram prosseguimento histórico. Um grupo de próceres políticos e administrativos ali abancou no bar de João de Barros para o almoço, às 14 horas, tendo cada um a seu lado uma garota das quais o poeta diria: “ter 17 anos sem luz nem ino cência é ter morrido ao despon-tar da vida”.

O uísque fluía à larga. Não menos o vinho, não menos outros líquidos mais generosos e ardentes. Dessas parcelas alcoólicas desferiu-se uma bebedeira geral. Eram 8 horas da noite quando terminou o ágape pantagruélico. (Fevereiro de 1962)

* Prenuncia-se movimentada a temporada de veraneio na ilha do Mosqueiro; e como já se espera, muitos veranistas trocaram quase em definitivo o maltratado “Presidente Vargas” [navio do governo federal que fazia a linha] pelos velozes táxis-aéreos, cujas passagens caras não diminuem o elevado número de passageiros. É necessário alguns cuidados com o campo de pouso do Chapéu Virado, cuidados que se fazem urgentes (desmatamento das bordas laterais e reparo da pista) antes que algum desastre possa trazer dissabores a quem tão alegremente busca as praias para um justo repouso. (Julho de 1963)

* Os moradores da estrada “Providência” – “Quarenta Horas” – na sua maioria maciça japoneses, pediram ao sr. Prefeito os reparos urgentes de que precisa aquela via pública, Para atenu-

PUBLICIDADE

Fósforos paraenses

O empresário paraense Secundino Portela conseguiu uma façanha: fazer os fósforos da sua Fasa (Fósforos da Amazônia S/A) penetrarem no fechado e cartelizado mercado do sul do país. Em embalagens temáticas, os palitos começaram a ser vendidos no Rio e em São Paulo, para estupor dos donos do pedaço. Da modesta fábrica, instalada na rodovia Arthur Bernardes, entre Belém e Icoaraci, levantada com recursos dos incentivos fiscais da Sudam, saíram as caixinhas graciosas e instrutivas, que estavam conquistando preferências.

Tudo indicava que, no movimento inverso ao dominante, a indústria paraense iria ao sul (na época, o Basa patrocinava “o sul vai ao norte”). Quando a competição se acirrava, Secundino preferiu passar em frente seu negócio para o concorrente e ir atrás de outras transações de mais imediata lucratividade.

Acabaria tendo um fim trágico, ainda pendente de completo esclarecimento. A Fasa também morreria logo depois. Ficou esse registro, de uma sagaz campanha de fósforos, lançada no início de 1970, que cortava-se em três grandes (uma delas *non troppo*) torcidas do futebol paraense, mais a caixinha olímpica, aproveitando a motivação da ocasião.

A Fasa foi um sonho numa noite de verão, que, infelizmente, se transformaria num pesadelo pessoal para seu sonhador.



ar as despesas em que o serviço foi orçado, concorreram com a metade. Já lá vão alguns meses e nada até hoje se fez. O inverno vem aí, e se não meterem desde já mãos à obra, a estrada aludida será um lamaçal intransitável. Lembra-se ao prefeito que o prometido é devido. (Novembro de 1963)

* Perguntaram-nos por que a “Palmeira”, onde tanta coisa boa há para vender, não fabrica uns cacetinhos, tão agradáveis de merendar.

Sente-se, realmente, a omissão. Mandam-nos do Rio, em pacotes de 10, que por aqui são vendidos, à razão de 180 cruzeiros o invólucro, ou sejam, 18 cruzeiros cada cacetinho.

É claro que os homens de consciência e de probidade que empregam toda a porção da sua capacidade e inteligência no governo da grande indústria, que é a “Palmeira”, não nos pediriam aquele preço escorchante, pondo os cacetinhos ao alcance das nossas bolsas.

Se nos é permitido interferir o bedelho onde não é de nossa conta, sugeriríamos ao eminente padeiro, como ele próprio se chamou, o nosso ilustre amigo Antônio Marques, que metesse mãos à obra, dando-nos cacetinhos a comer, e pondo os de origem carioca para fora do mercado.

* Flaubert dizia que quando nos tornamos velhos os hábitos são tiranias. O pensamento do autor de “Salambô” parece aplicar-se ao bancário Luzio Horácio de Lima, que, a 13 último, atingiu 75 dezembros, sem querer aposentar-se, mesmo com todas as vantagens legais. Diariamente vemo-lo chegar ao armazém de borracha do BCA [Banco de Crédito da Amazônia, antecessor do Basa], à hora regulamentar, e de lá sair quase ao crepúsculo, deixando em dia o serviço. Para o Luzio Lima, que noutros tempos ganhou medalhas de campeão remista, o hábito do trabalho será uma tirania, de que não se quer distanciar. Ainda o veremos no centenário... (Dezembro de 1963)